Processo nº 220/2012-II

Data: 17.05.2012

(Autos de recurso penal)

Assuntos : Crime de “ofensa à integridade física”.

Indemnização por danos não patrimoniais.

SUMÁRIO

1. A indemnização por danos não patrimoniais tem como objectivo proporcionar um conforto ao ofendido a fim de lhe aliviar os sofrimentos que a lesão lhe provocou ou, se possível, lhos fazer esquecer.

Visa, pois, proporcionar ao lesado momentos de prazer ou de alegria, em termos de neutralizar, na medida do possível, o sofrimento moral de que padeceu, inadequados sendo “montantes miserabilistas”, devendo-se também evitar “enriquecimentos ilegítimos ou injustificados.

O relator,

José Maria Dias Azedo

Processo nº 220/2012-II

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. “A INSURANCE (INTERNACIONAL) LIMITED”, (A 保險(國際)有限公司澳門分行), demandada no pedido de indemnização civil pelo demandante, B (B), enxertado nos presentes autos, vem recorrer do segmento decisório ínsito no Acórdão proferido pelo Colectivo do T.J.B.,

com o qual se fixou em MOP\$500.000,00, a indemnização pelos danos não patrimoniais pelo dito demandante sofridos com o acidente de viação matéria dos autos.

Em sede das suas conclusões, diz o que segue:

“1ª O presente recurso vem interposto do douto Acórdão, proferido pelo Tribunal Colectivo nos vertentes autos, que condenou a Recorrente no pagamento ao Demandante civil da quantia de MOP\$ 500,000.00 a título de Danos Não Patrimoniais.

2ª Entende a Recorrente que o Tribunal Colectivo errou ao apreciar a prova testemunhal produzida em audiência de julgamento, bem como a prova documental que se encontra junto aos autos de forma a fixar tal quantia a título de Danos Não Patrimoniais, daí não concordar com a Decisão do Tribunal a quo nesta parte, já que resulta claramente que a decisão recorrida, interpretada de per si, com a experiência comum e com os elementos dos autos nela acolhidos, se encontra inquinada do vício constante do art. 400º, nº 2 alínea c) do Código de Processo Penal - erro notório na apreciação da prova, e que após a reapreciação da prova por parte desse Venerando Tribunal da Segunda Instância, deverá ser proferido douto Acórdão que considere

como excessiva a atribuição ao ofendido de MOP\$ 500,000.00 a título de Danos Não Patrimoniais.

3ª No presente processo, existe suporte de gravação, o que permitirá ao douto Tribunal de Segunda Instância melhor avaliar, e decidir, sobre o ora invocado erro notório na apreciação da prova, requerendo-se expressamente a renovação da prova, nos termos admitidos no art. 415º do Código de Processo Penal.

4ª Ora, tendo em atenção os factos dados por provados pelo Digno Tribunal Colectivo na douta sentença e o conteúdo das declarações transcritas da testemunha dos autos C, não se entende como é que se consignou que durante o internamento e os tratamentos clínicos, o ofendido tem sentido dores inexprimíveis. Os sentimentos de angústia, de desespero e de medo só entendem aqueles que os sofreram. Por causa do acidente o ofendido ficou desempregado. Pior ainda anda a precisar de gastar mais dinheiro e sofreu de stress e mal disposição.

5ª Do depoimento da Testemunha C não se inferem tais factos, pois nunca de tal falou. E tais factos só poderão ser provados por alguém próximo ao ofendido e que tenha sentido que o mesmo experimentou tais sensações. E tal nunca foi dito ou demonstrado pela testemunha.

6ª Isto porque das declarações da supra citada testemunha, esta

declarou que o ofendido fracturou a perna direita e que durante os tratamentos o ofendido estava um pouco em baixo. E que por não conseguir andar normalmente isso influenciou a sua vida. Mas que agora está totalmente recuperado. Mais declarou que o ofendido depois de ter recuperado continuou a trabalhar para o Venetian durante 9 meses e que depois deixou a Venetian por iniciativa própria e regressou a Hong Kong. Salientando que o ofendido lhe tinha dito que presentemente estava totalmente recuperado (Transcrição da nossa responsabilidade e constante da gravação junto aos autos).

7ª E mesmo dos documentos médicos junto aos autos e dos relatórios médicos que o demandante civil junta ao seu pedido cível e que se encontram identificados como fls. 142 e 143 dos autos, pode - se concluir que em 24 de Fevereiro de 2009 o ofendido já pode trabalhar normalmente e em 12 de Junho de 2009 o doente já se recuperou e não tem dificuldade nos movimentos da articulação, salvo uma dor moderada, não lhe sendo identificada nenhuma deficiência.

8ª Sendo por isso de todo incompreensível que o Douto Tribunal a quo tenha dado como provados os factos acima descritos, incluindo o facto de que o ofendido tenha ficado desempregado por causa do acidente e que, para tanto, tenha fixado a indemnização a título de

Danos Não Patrimoniais no montante de MOP\$ 500.000,00.

9ª Ocorrendo assim o invocado erro notório na apreciação da prova previsto no art. 400º, nº 2 alínea c) do Código de Processo Penal, deve ser a decisão ora em crise revogada pelo Venerando Tribunal de Segunda Instância no que ao Dano Não Patrimonial diz respeito e proferido douto Acórdão que determine a atribuição de uma indemnização mais adequada e equitativa, baseada nas regras da experiência comum, nos documentos juntos aos autos e ainda nas declarações da testemunha C.

10ª E tal indemnização não deverá, no modesto entendimento da ora Recorrente ser superior a MOP\$ 200,000.00, pois tomando como exemplo o processo 533/2010, deste Venerando Tribunal, cuja data do Acórdão é de 16/06/2011, podemos verificar que numa situação com repercussões bem mais graves, segundo as quais, apesar de a ofendida ter ficado 180 dias impossibilitada para trabalhar, mas em que a ofendida teve que receber longos e dolorosos tratamentos de fisioterapia e acupunctação e continuar a receber ainda hoje por conselho médico, o seu membro superior direito até hoje sente dor, não é capaz de levantar o braço a um ângulo de 90º, o sofrimento é agravado pela debilidade da força muscular da mão e do braço direito, ocorrido após o acidente e a

ofendida foi obrigada a abandonar o trabalho referido anteriormente foi considerado como adequado pelo Venerando Tribunal de Segunda Instância fixar a quantia de MOP\$200,000.00 destinada à reparação de danos não patrimoniais da demandante (Cfr. Pago 12 do supra referenciado Acórdão).

11ª Mas mesmo que não se entenda que existe o vício de erro notório na apreciação da prova, face ao já acima exposto se pode aferir que mesmo assim não foi produzida prova bastante em audiência de julgamento para suportar o que o Tribunal Colectivo considera que o demandante sofreu, designadamente as dores inexprimíveis, a angustia, o desespero e o medo que só entendem aqueles que sofreram, bem como o facto de o Demandante ter ficado desempregado por causa do acidente, nem tais factos são aferidos dos documentos médicos que se encontram junto aos autos.

12ª E muito menos para atribuir uma indemnização a título de Danos Não Patrimoniais no valor de MOP\$ 500,000.00., já que para o Tribunal Colectivo atribuir tal quantia, no modesto entendimento da Recorrente, terá que o Tribunal a quo que ter provas bem mais sustentadas e fundamentos bem mais criterioso e descritivos do que as que dispõe no presente Acórdão.

13ª Encontrando-se, por isso, a Doutra sentença inquinada com o vício de previsto no artigo 400º, nº2, alínea a) do Código de Processo Penal, face à insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, requerendo-se a renovação da prova nos termos do disposto no artigo 415º do Código de Processo Penal”; (cfr., fls. 513 a 531).

*

Respondendo, pugna o demandante recorrido pela rejeição do recurso; (cfr., fls. 540 a 543).

*

Nada obstando, cumpre decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Estão provados os factos elencados no Acórdão do T.J.B. ora recorrido, a fls. 479-v a 480-v, e que aqui se dão como integralmente

reproduzidos.

Do direito

3. Vem a demandada seguradora recorrer do segmento decisório ínsito no Acórdão proferido pelo Colectivo do T.J.B., com o qual se fixou em MOP\$500.000,00, a indemnização pelos danos não patrimoniais pelo demandante B sofridos com o acidente de viação matéria dos autos.

Resulta das conclusões pela recorrente produzidas a final da sua motivação de recurso que é a mesma de opinião que o dito Acórdão recorrido está inquinado com o vício de “erro notório na apreciação da prova”, pedindo, a renovação da prova e a redução do montante arbitrado a título de indemnização por danos não patrimoniais.

Por anterior acórdão de 26.04.2012, procedeu este T.S.I. à apreciação do invocado “erro notório na apreciação da prova”, e dada a sua inexistência, indeferiu-se o pedido de renovação de prova.

Importa assim decidir agora do quantum indemnizatório fixado

pelos danos não patrimoniais do demandante recorrido.

Vejamos.

Pretende a recorrente a redução de tal quantum, fixado em MOP\$500,000,00, para o de MOP\$200,000,00.

Temos vindo a entender que “*a indemnização por danos não patrimoniais tem como objectivo proporcionar um conforto ao ofendido a fim de lhe aliviar os sofrimentos que a lesão lhe provocou ou, se possível, lhos fazer esquecer.*”

Visa, pois, proporcionar ao lesado momentos de prazer ou de alegria, em termos de neutralizar, na medida do possível, o sofrimento moral de que padeceu.”; (cfr., v.g., o Ac. de 21.04.2005, Proc. n.º 318/2004 e de 07.12.2011, Proc. n.º 724/2011), sendo também de considerar que em matérias como as em questão inadequados são “montantes miserabilistas”, não sendo igualmente de se proporcionar “enriquecimentos ilegítimos ou injustificados”; (cfr., v.g., o Ac. de 07.12.2011, Proc. n.º 724/2011).

Também o art. 487º do C.C.M. preceitua que: “quando a responsabilidade se fundar na mera culpa, pode a indemnização ser fixada, equitativamente, em montante inferior ao que corresponderia aos danos causados, desde que o grau de culpabilidade do agente, a situação económica deste e do lesado e as demais circunstâncias do caso o justifiquem”.

Na situação dos autos, em causa está o crime de “ofensa grave à integridade física”, p. e p. no art. 142º, n.º 3 do C.P.M. e provado está que o arguido conduzia com uma taxa de álcool no sangue de 1.52g/l, ao mesmo cabendo a culpa (exclusiva) no acidente de viação do qual foi vítima o demandante ora recorrido.

Face ao exposto, e ponderando nas lesões em causa – nomeadamente, uma fractura da parte exterior do planalto tibial direito, deixando uma cicatriz de 13cm – e no sofrimento que teve o dito demandante, cremos que adequado é o quantum de MOP\$300.000,00 a título de indemnização pelos seus danos não patrimoniais.

Consigna-se também que no Ac. deste T.S.I. de 16.06.2011, tirado

no Proc. n.º 533/2010, considerou-se o montante de MOP\$200,000.00 como “adequado”, sendo de notar que aí estavam em causa outro tipo de lesões e menos dias de convalescença.

Decisão

4. Nos termos que se deixam expostos, acordam julgar parcialmente procedente o recurso.

Custas pela recorrente e recorrido na proporção dos seus decaimentos.

Macau, aos 17 de Maio de 2012

(Relator)

José Maria Dias Azedo

(Primeiro Juiz-Adjunto)

Chan Kuong Seng

(Segunda Juiz-Adjunta)

Tam Hio Wa